

Rui evita comentar denúncia contra Temer

Governador acredita que é preciso mudar as leis eleitorais para evitar nova crise política

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

O governador Rui Costa evitou tecer comentários polêmicos sobre presidente Michel Temer (PMDB). Ontem, durante a inauguração de dez novos leitos do Hospital Professor Eládio Lasserre, no bairro de Cajazeiras, o petista se esquivou ao ser questionado sobre a denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal (STF). "No Brasil, infelizmente, a cada dia, a cada semana, as notícias são negativas no cenário nacional. Tenho insistido que tão importante quanto chorar o leite derramado é corrigir a legislação para que novos problemas não apareçam no futuro. Os deputados e senadores têm até setembro para mudar a lei eleitoral, a lei partidária, a lei de financiamento de campanha", acredita o governador.

"Se não fizer até setembro, vocês podem ter a certeza de que vamos repetir esse mesmo noticiário nos anos seguintes. Porque, além do problema do comportamento das pessoas, nós temos um problema estrutural no sistema político-partidário brasileiro. E esse problema estrutural, que tem como base a lei, precisa ser corrigido. Tanto os desvios éticos das pessoas favorecem esse noticiário ruim, quanto o modelo político-partidário de financiamento de campanha no Brasil é equivocado e favorece esse modelo que virou uma catástrofe, infelizmente.", completou.

Para Rui, o noticiário político tem dificultado a retomada do crescimento do país: "A sucessão de notícias ruins têm afastado os investidores do Brasil, dificultado a retomada do emprego e da economia. É preciso ter bom senso, porque se não o Brasil vai patinar um bocado

antes de retomar o crescimento". Janot apresentou denúncia criminal contra o presidente Michel Temer (PMDB) e contra seu ex-assessor e ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ambos por corrupção passiva. Além da condenação por corrupção, a denúncia pede que os dois acusados percam seus eventuais cargos de função pública e indenização por "danos morais coletivos" no valor de R\$ 10 milhões para Temer e R\$ 2 milhões para Loures.

O ministro Edson Fachin, relator do processo da Lava Jato, deve decidir quando enviará a denúncia à Câmara dos Deputados, que precisa dar autorização para o Supremo Tribunal Federal decidir se abre ou não um processo contra o presidente. Para a autorização ser aprovada, são necessários os votos de pelo menos 342 dos 513 deputados.

RUI COSTA, ao ser questionado sobre denúncia contra Temer, ressaltou que existe um problema estrutural no sistema político brasileiro, e que o mesmo precisa ser reavaliado



VLT: "Não conheço os detalhes da decisão"

O juiz Sérgio Humberto de Quadros Sampaio, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, determinou a suspensão da licitação para instalação e operação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) do Subúrbio, que estava agendada para iniciar na próxima sexta-feira. A decisão determina multa diária de R\$ 2 mil, em caso de descumprimento.

A liminar foi deferida em uma ação popular contra o Estado da Bahia, o governador Rui Costa e o

secretário de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Sedur), Fernando Dantas Torres. Os autores alegaram que os anexos do edital e a minuta do futuro contrato de Parceria Público-Privada (PPP) mostram "evidente e vultuosa lesão ao patrimônio público do Estado". A ação alega que a licitação deveria ser a de menor preço e não através de contrato de PPP, na modalidade concessão patrocinada.

"Nós prorrogamos o prazo a pe-

dido das empresas que estavam concorrendo. Houve um pleito de ampliar por mais 60 dias, para que todos os concorrentes possam ter tempo hábil para poder estudar. Minha posição é de sempre estimular a concorrência", afirmou Rui. "Não conheço os detalhes da decisão, mas espero que isso não atrapalhe a licitação. Recebi essa notícia ontem, tenho que ver os elementos, não quero comentar essa decisão", completou. (HB)

Propaganda partidária pode ser extinta após reforma

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

Qual seria o modelo ideal de Reforma Política? É o que todos estão se perguntando diante de tantos escândalos de corrupção revelados nos últimos tempos. Várias alterações na legislação estão em discussão no Congresso Nacional e a grande dificuldade é chegar a um consenso. Uma das alternativas para preencher o fundo partidário para as eleições do próximo ano é acabar com programa dos partidos.

De acordo com o colunista Maurício Lima, da revista Veja, isso não significa que não existirá mais propaganda eleitoral. Mas aquelas propagandas veiculadas fora de ano eleitoral podem acabar sendo excluídas. Cada partido tem direito a 10

minutos de programa por ano e várias inserções nos intervalos de programação. Apesar de ser considerado "gratuito", o governo paga as emissoras com compensação tributária.

"Em médio e longo prazo, o ideal é que a propaganda política seja feita na internet, é a melhor propaganda política que você pode ter. É a mais livre, a mais rápida, a mais limpa. É o que sempre defendi. A internet precisa ser melhor utilizada como veículo de propaganda partidária", analisa o advogado eleitoral José Amando à Tribuna. "A propaganda em papel é um desastre, já deveria ter acabado há muito tempo. Não tem como o eleitor ir para uma urna sem ter o conhecimento de qual será o candidato dele", completa. "Não vejo muito sentido tam-

bém na propaganda eleitoral gratuita em televisão", acredita. "O problema do marketing político não é o que eles cobram, e sim, o caixa dois. O caixa dois nas eleições sobre foi feito por meio das agências de publicidade. Todo mundo sabe disso, até porque já tivemos denúncias contra Duda Mendonça e João Santana".

Outra proposta implementa a cláusula de barreira e o fim das coligações proporcionais. Por meio dela, seria possível, reduzir de 28 para 12 partidos representados na Câmara. Mas também existem outras propostas. "Tem uma proposta de federalização das coligações, para que os partidos federalizassem nacionalmente as suas relações partidárias independentemente das eleições", avalia Amando.



REFORMA Política da Câmara pode acabar com propaganda fora de ano eleitoral

PF deflagra operação contra fraude no INSS em Itiruçu

GUILHERME REIS
SUBEDITOR

A Polícia Federal deflagrou na manhã de ontem uma operação que teve como alvos suspeitos de terem fraudado benefícios previdenciários rurais de pensão por morte e aposentadorias, nas cidades de Itiruçu, Lafaiete Coutinho e Lajedo do Tabocal, centro-sul da Bahia. Três Viaturas da PF pararam na Câmara de vereadores de Itiruçu, onde foi realizado um mandado de busca no gabinete de um vereador. Foram cumpridos ainda um mandado de prisão preventiva, sete mandados de condução coercitiva, três mandados de busca e apreensão e três medidas cautelares de suspensão de atividade. A PF não divulgou o prejuízo causado aos cofres da Previdência Social.

De acordo com a PF, as investigações iniciaram em 2014, a partir de informações de que uma pessoa estaria atuando de forma irregular na intermediação de requerimentos de benefícios junto à agência da Previdência Social de Itiruçu. Diante disso, foram realizadas buscas no escritório do investigado, obtendo-se informações adicionais com a referida agência e identificando vários requerimentos de benefícios previdenciários de natureza rural feitos pelo investigado e

instruídos com documentos falsos, sobretudo certidões de nascimento e contratos de comodato.

Além disso, foi constatada falsificação de declarações de atividade rural, que eram obtidas junto aos sindicatos dos pequenos produtores rurais de Itiruçu, Lajedo do Tabocal e Lafaiete Coutinho. Suspeita-se que os responsáveis tivessem participado do esquema criminoso. Ainda segundo a PF, mesmo após o cumprimento do mandado de busca, verificou-se que o investigado continuou com sua atuação ilícita, e ainda teria orientado testemunhas a mentir aos investigadores para acobertar seu envolvimento nas fraudes.

O órgão informou que a atitude irreduzível do investigado motivou o nome da operação: Inredux (em latim, irreduzível). Durante a fase de investigação e na deflagração da operação, a Polícia Federal contou com o apoio da Agência da Previdência Social de Itiruçu. Os investigados, na medida de sua participação, vão responder pelos crimes de estelionato previdenciário, associação criminosa, falsificação de documentos públicos, falsidade ideológica e falso testemunho. Ainda em Itiruçu, a PF realizou uma ação contra uma empresa de transporte que prestou serviços à Educação Municipal na gestão de 2010/2011.

CMS e TJ firmam parceria para capacitação de colaboradores

DA REDAÇÃO

O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Leo Prates (DEM), se reuniu ontem com a presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desembargadora Maria do Socorro Santiago. De acordo com o parlamentar, "uma das pautas do encontro foi uma parceria entre a Universidade Corporativa (Unicorp) do TJ/BA e a Escola do Legislativo, da Câmara Municipal de Salvador. Esta parceria vai beneficiar vereadores, servidores e assessores da Casa".

Leo Prates defende "cooperação mútua e diálogo permanente entre as instituições para auxiliar a gestão dos órgãos públicos, sobretudo com a otimização de orçamentos nesse período de crise". No dia 14 de junho o Legislativo Municipal e o Senado Federal celebraram um acordo para implantar a Escola do Legislativo em Salvador. Serão realizadas atividades culturais e de capacitação de recursos humanos para proporcionar o intercâmbio de experiências e conhecimentos.

E a Unicorp atua no âmbito do Judiciário baiano no mesmo senti-

do. A instituição promove cursos, workshops, palestra e programas de capacitação para magistrados e servidores. Maria do Socorro Santiago frisou que "é uma grande satisfação realizar esta colaboração mútua que visa a capacitação de magistrados e profissionais do TJ, assim como de colaboradores da Câmara Municipal de Salvador". Na oportunidade, também foi discutida a troca de conteúdo entre o TJ/BA, a TV Câmara Salvador e, posteriormente, a Rádio Câmara.



SEGUNDO Leo Prates, a parceria vai beneficiar vereadores, servidores e assessores